

42º ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS (ANPOCS)

SPG18 Famílias, migração e trabalho

**TRABALHADORES RURAIS MIGRANTES DO AGRONEGÓCIO
BRASILEIRO: REFLEXÕES SOBRE A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO
MERCADO DE TRABALHO RURAL-URBANO PAULISTA (2000-2015)**

Giovana Gonçalves Pereira
Rosana Baeninger

CAXAMBU, OUTUBRO DE 2018

TRABALHADORES RURAIS MIGRANTES DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO: REFLEXÕES SOBRE A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO MERCADO DE TRABALHO RURAL-URBANO PAULISTA (2000-2015)

Giovana Gonçalves Pereira¹
Rosana Baeninger²

RESUMO

Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do Observatório das Migrações em São Paulo (FAPESP/CNPq Processo n. 2014/04850-1), inserindo-se no Estudo Temático 2 “Trabalhadores Migrantes Rurais, Agroindústria Paulista e Mudanças Climáticas”. Nosso objetivo no presente artigo é a apresentação do perfil sociodemográfico do trabalhador rural formal alocado nas atividades de colheita da laranja e da cana de açúcar no interior paulista entre 2000 e 2015. Para tanto, nos utilizamos dos microdados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS, MTE), bem como, de estudos qualitativos realizados na região de Araraquara e Ribeirão Preto na presente década.

Palavras-chave: Trabalhadores rurais migrantes; Migração interna; Construção social dos mercados.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa possui como objetivo central incitar reflexões acerca da construção social do mercado de trabalho (LEBARON, 2001; RIELLA, 2015 e MASCHERONI, 2015) rural-urbano associado ao agronegócio citrícola e sucroalcooleiro no interior do Estado de São Paulo (Brasil), particularmente no que se refere às ocupações vinculadas ao processo de colheita manual e mecanizadas da cana de açúcar e da laranja.

O mercado de trabalho latino-americano, de acordo com Quijano (2005), ao que podemos estender as considerações para o caso rural-agrícola (RIELLA e MASCHERONI, 2015), constituiu-se frente a *colonialidade* do poder do

¹ Aluna de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Demografia (PPGD) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), integrante do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP), parceira-externa do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Sociedade, Organização, Poder e Mercado (NESPOM/FCLAr-UNESP). Essa pesquisa conta com o apoio e financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: giovana.ggp@gmail.com

² Professora livre-docente do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), coordenadora do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP). E-mail: baeninger@nepo.unicamp.br

capital mundial, assim, temos que as especificidades raciais, físicas e psicossociais dos trabalhadores tornam-se condicionantes centrais na seleção e circulação de mão de obra.

Nesse sentido, a apreensão das características socioeconômicas, raciais e físicas dos trabalhadores rurais alocados na cadeia de produção de citros e do setor sucroenergético, aliada ao acompanhamento de suas trajetórias migratórias (SÁNCHEZ, 2012) e laborais (RIELLA, TUBÍO e LOMBARDO, 2013) são, para nós, primordiais.

Em outras palavras, cabe-nos o questionamento de quais são as seletividades migratórias e laborais presentes nas relações estabelecidas entre o grande capital comercial agrícola, traduzido aqui pelas holdings citrícolas e sucroalcooleiras, e os espaços rurais e urbanos de pequenos e médios municípios paulistas.

Para tanto, pautamos nossa análise em pesquisas de campo realizadas na presente década nas cidades do agronegócio (ELIAS, 2011) de Matão/SP e Sertãozinho/SP e em cidades dormitórios (SILVA, 1999) de São Carlos/SP e Dobrada/SP³. Além disso, analisaremos as características dos vínculos formais do trabalho rural manual e mecanizado na citricultura e na cana de açúcar através da base de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS,MTE) entre 2010 e 2015 das regiões de governo (RG) de Araraquara e Ribeirão Preto (Figura 1).

As RG de Araraquara e Ribeirão Preto se localizam na porção central e noroeste do Estado de São Paulo, sendo compostas, respectivamente por 19⁴ e 25⁵ municípios. Ambas tiveram suas redes urbanas (CÔRREA, 2006) articuladas a urbanização propiciada pela expansão do complexo cafeeiro no século 19 (CANO, 1988; GONÇALVES, 1998), e foram amplamente

³ As pesquisas de campo contaram com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CNPq), estando vinculadas ao Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP).

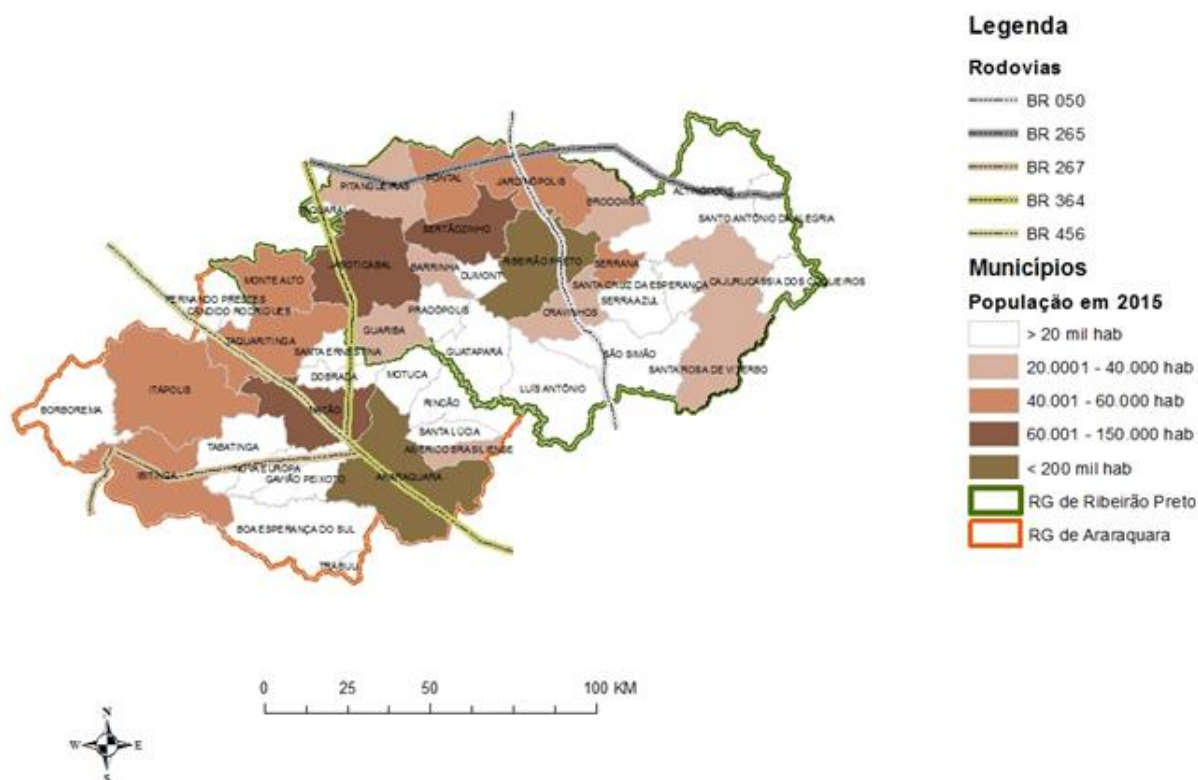
⁴ Américo Brasiliense, Araraquara, Boa Esperança do Sul, Borborema, Cândido Rodrigues, Dobrada, Fernando Prestes, Gavião Peixoto, Ibitinga, Itápolis, Matão, Motuca, Nova Europa, Rincão, Santa Ernestina, Santa Lúcia, Tabatinga, Taquaritinga e Trabiçu.

⁵ Altinópolis, Barrinha, Brodowski, Cajuru, Cravinhos, Cássia dos Coqueiros, Dumont, Guariba, Guataparã, Jaboticabal, Jardinópolis, Luís Antônio, Monte Alto, Pitangueiras, Pontal, Pradópolis, Ribeirão Preto, Santa Cruz da Esperança, Santa Rosa do Viterbo, Santo Antonio da Alegria, Serra Azul, Serrana, Sertãozinho, São Simão e Taquaral.

beneficiadas no século 20 pela modernização agropecuária (MÜLLER, 1985), e posteriormente pela internacionalização econômica no século 21.

Notamos pela Figura 1 a predominância de pequenos (menos de 20 mil hab.) e médios municípios (entre 40 e 60 mil hab.) em ambas as regiões, bem como, que seus principais centros-urbanos são perpassados pela malha rodoviária, no caso Matão e Araraquara na RG de Araraquara e Ribeirão Preto, Jaboticabal e Sertãozinho na RG de Ribeirão Preto.

Figura 1: População dos municípios da Região de Governo de Araraquara e de Ribeirão Preto e rodovias federais, 2010.



Fonte: Malhas Digitais (FIBGE, 2010) e Fundação SEADE.

Destacamos, além disso, que as modificações gestadas nas últimas décadas do século 21 ocasionaram novas configurações ao mercado de trabalho rural-urbano, particularmente, em decorrência do aumento da tendência de formalização e a garantia de direitos sociais, associados as preocupações de empresas transnacionais em demonstrar responsabilidade social frente ao mercado consumidor (LEFF, 2002; DUPAS, 2005; GRUN, 2013).

MIGRAÇÕES INTERNAS E AGRONEGÓCIO: OS TRABALHADORES RURAIS MIGRANTES DA CANA DE AÇÚCAR E DA LARANJA

Nossa proposta de análise será mediada pela percepção de que as migrações podem ser contextualizadas através do entendimento da mobilidade populacional como mecanismo de descrição da história do capitalismo e de seus rearranjos produtivos (BALÁN, 1974). Simultaneamente, destacamos que compreendemos a migração como “(...) um processo social, cuja unidade atuante não é o indivíduo, mas o grupo” (SINGER, 1976, p. 236).

Desse modo, o deslocamento espacial de trabalhadores rurais no território brasileiro foi historicamente associado ao tipo migratório rural-urbano, visto seu encadeamento a dinâmica econômica vinculada a produção de commodities (PRADO JR, 1957; CANO, 1988 e 2011) e ao processo de urbanização (SILVA, 1999; DAWSEY, 2013).

Em mesma medida, podemos citar a continuidade e permanência do protagonismo da população migrante interna e internacional na composição da mão de obra do trabalho rural vinculado a agroexportação brasileira por meio dos estudos de Bassanezi (1995), Truzzi (2000), Nadalin (2003), Seyferth (2002), Hall (2003), Mello (1976), Oliveira (1981), Silva (1999 e 2008), Menezes (2010 e 2012), Maciel (2013 e 2016), dentre outros.

Acompanhar, portanto, as modificações das migrações “permanentes”, “temporárias” e “permanentemente temporárias” (SILVA, 1999) características desse grupo populacional se torna possível através do estudo das mobilidades migratórias (BAENINGER, 2011 e 2012) presentes nos espaços urbanos e rurais nas regiões de Araraquara e Ribeirão Preto.

Para Baeninger (2012, p.57) as modalidades migratórias podem ser reconstruídas através do estudo da formação histórica-social “(...) do fenômeno social em seu tipo/etapa em diferentes espaços (...)”. Nesse sentido, a autora (BAENINGER, 2011 e 2012) pondera que com a conexão de espaços nacionais aos espaços globais, via mobilidade do capital, no século 21, “(...) as migrações internas redefinem seus significados no contexto nacional e nas demais escalas regionais e locais, que desembocarão em modalidades e deslocamentos populacionais específicos dessas escalas e lugares” (BAENINGER, 2012, p. 60).

Em nosso caso, trata-se de percebermos que se entre os anos de 1960 e 1980, como nos demonstram os trabalhos de Singer (1976), de Mello (1977), de Oliveira (1981), de Silva (1999) e de Menezes (2002), assistimos, em escala nacional, ao deslocamento de curta e longa distância de contingentes populacionais pertencentes as áreas rurais aos espaços urbanos, vis-à-vis ao processo de urbanização brasileira (FARIA, 1991), em décadas recentes é possível acompanharmos o desenvolvimento de movimentos migratórios que combinam a coexistência de distintos deslocamentos e circulação entre espaços urbanos e rurais em pequenas e médias cidades (SILVA, 2008; MENEZES, 2012; BAENINGER, 2012; MACIEL, 2013).

De acordo com os estudos recentes de Maciel (2013) e de Silva, Bueno e Melo (2015), e em sintonia aos trabalhos de campo que realizamos no interior paulista entre 2012 e 2015⁶, a partir da década de 2000 houve uma intensificação da tendência de formalização dos vínculos dos trabalhadores rurais migrantes nos setores citrícolas e sucroalcooleiros. Essa tendência também foi constatada nos mercados de trabalho rural da Argentina (NEIMAN, 2015; QUARANTA, 2015), do Uruguai (RIELLA e MASCHERONI, 2015), do Equador (VALLE, 2015) e do México (FLORES e SALDAÑA, 2015).

Sob esse contexto e graças aos estudos qualitativos desenvolvidos, na última década, como os de Reis (2012), de Santos (2013), de Favoretto, (2014), de Salata (2015), de Pereira (2015) e de Maciel (2016) sabemos que majoritariamente as ocupações relacionadas ao trabalho rural manual ou mecanizado nos eitos e pomares paulistas são vinculadas a mão de obra migrante, além de possuírem um alto grau de formalidade.

A contratação e arregimentação formal da mão de obra migrante são mediadas, no caso da cana de açúcar, de acordo com Silva, Bueno e Melo (2015) pela Norma Regulamentadora 31 (NR 31) e na laranja, segundo informações colhidas em campo, pela Instrução Normativa 76 (IN 76). Ambas preconizam que a contratação dos trabalhadores rurais seja realizada no local

⁶ Pesquisas realizadas no âmbito do Observatório das Migrações em São Paulo em parceria a Lidiane Maria Maciel nos municípios de São Carlos, Ribeirão Preto, Dobrada e Matão (2012 a 2014) e em parceria a Leonardo Reis e Osmar Gonçalves Pereira nas cidades de Ribeirão Preto e Sertãozinho (2015).

de origem dos migrantes⁷, assim, “(...) se cria um mercado de trabalho migrante temporal regulado pelas empresas com aval estatal”⁸ (SILVA, BUENO e MELO, 2015, p. 189).

Sincronicamente, Riella e Mascheroni (2015) destacam, em seu estudo sobre o mercado de trabalho rural uruguaio, a centralidade da “construção social dos mercados de emprego”. Os autores apontam que

Em síntese, para analisar o mercado de emprego rural e suas modificações, devemos considerar de maneira conjunta as demandas de empregos, as mudanças de estratégias de ofertas de acesso a determinados postos de trabalho e os fatores institucionais que rodeiam esses processos (RIELLA E MASCHERONI, 2015, p. 239)⁹.

Gras e Hernández (2013) apontam, por sua vez, particularidades em relação ao mercado de trabalho rural-urbano do agronegócio. Essas características podem ser traduzidas pela divisão e segregação entre o trabalho físico dos empregados agrícolas (trabalhadores rurais e operadores de máquinas agrícolas) e o trabalho intelectual (empresários, gerenciadores de rede, agrônomos, engenheiros).

Elias e Pequeno (2006) já apontavam a configuração de uma íntima relação com os processos migratórios, vista ora no direcionamento de fluxos especializados para a produção industrial agrícola, ora nos fluxos relacionados à produção rural agrícola de trabalhadores rurais assalariados no campo.

Visualizamos nas cidades de Sertãozinho/SP, de Matão/SP e de Lucas do Rio Verde/MT, através de pesquisas de campo realizadas nos anos de 2013 e 2015, a convivência de distintos processos migratórios associada ao início de atividades agrícolas e agropecuárias da cana de açúcar, da laranja e da soja, respectivamente.

⁷ Conquanto, isso não desestimula o deslocamento desses migrantes através de suas redes de relações e das redes informais de contratação e circulação. Nos levantamentos de campo realizados em outubro de 2016 verificamos que uma das principais empresas citrícolas da RG de Araraquara considera trabalhadores migrantes como *trabalhadores locais*, desde que os mesmos apresentem um comprovante de residência do ano anterior ao da contratação atual. Desse modo, nem todos os trabalhadores são cobertos pelas garantias de moradia, transporte e seguro de vida, previstas na IN76.

⁸ Original: “(...) se crea un mercado de trabajo migrante temporal regulado por las empresas com el aval estatal”.

⁹ Original: “En síntesis, para analizar el mercado de empleo rural y sus cambios, debemos considerar de manera conjunta las transformaciones que se producen en la demanda de empleos, las modificaciones en las estrategias de las ofertas para acceder a esos puestos de trabajo y las características de los factores institucionales que rodean esos procesos”.

É perceptível nestes espaços a convivência de uma elite agrária formada ora por fluxos migratórios históricos do século 19 e 20, como os dos italianos, portugueses e espanhóis, nos municípios paulistas como nos demonstram os trabalhos de Pacheco (1988), Baeninger (1995), Pires (1995) e Truzzi (1999). Ora por fluxos migratórios contemporâneos provindos do sul brasileiro, associados à expansão da fronteira agrícola, nos anos finais do século 20 e no século 21, no interior mato-grossense (HEREDIA, PALMEIRA E LEITE, 2010).

Esses municípios podem ser entendidos, através da proposta teórico-metodológica de Elias (2003 e 2011), como cidades do agronegócio por apresentarem um desenvolvimento econômico alicerçado nas atividades agroindustriais, bem como, por seu expressivo crescimento demográfico após a instalação de holdings agrícolas em seu parque industrial e, como assinalamos anteriormente, pela confluência de processos migratórios históricos e contemporâneos.

Nesse sentido, podemos destacar que a convivência intercalada entre os distintos processos migratórios em espaços urbanos e rurais se apresenta como característica intrínseca da sociedade do agronegócio (HEREDIA, PALMEIRA e LEITE, 2010). Sob esta perspectiva, pretendemos explorar as características sociodemográficas do perfil dos trabalhadores rurais migrantes do agronegócio citrícola e sucroalcooleiro, trabalhadores estes que se encontram na ponta do processo de globalização da agricultura.

MATERIAIS E MÉTODOS

Base de Dados

A RAIS se apresenta como um registro administrativo, regulamentado pelo Decreto n° 76.900 de 23 de dezembro de 1975, e tem como unidade de análise e enumeração o vínculo empregatício, o qual pode ser classificado como um evento renovável ou reversível se configurando, desse modo, como estatística de fluxo (HAKKERT, 1996).

O objetivo central dessa base de dados, segundo o Manual de Instruções de 2015 (MTPS, 2015), é o controle e fornecimento de informações acerca da atividade trabalhista formal no país proporcionando, assim, a construção de uma análise estrutural do mercado de trabalho formal (IBGE,

2004). Além disso, ela possibilita o acompanhamento e a fiscalização do cumprimento da legislação trabalhista, o controle dos registros do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), dos sistemas de arrecadação e concessão de benefícios previdenciários e dos trabalhadores com direito ao abono salarial, bem como, a formulação de estudos técnicos.

Ainda de acordo com o Manual (MTPS, 2015), os declarantes se apresentam como os estabelecimentos (unidades) contratantes de uma empresa, representando, portanto, o *local de trabalho*. Os estabelecimentos declarantes, sejam pertencentes a esfera público ou privada, são obrigatoriamente cadastrados no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), tendo seus contratos trabalhistas regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), podendo ser profissionais liberais, sociedades civis e condomínios, empregadores rurais, órgãos de administração pública direta ou indireta¹⁰, ou empresas individuais¹¹.

Análise dos Dados

Nossas análises foram pautadas pelo filtro dos Vínculos Empregatícios Ativos em 31/12 dos anos anteriores ao *ano-base*¹², com o intuito de evitarmos a tendência de superenumeração. Entretanto, estamos cientes das eventuais perdas de volume, por estarmos lidando com vínculos empregatícios temporários de alta rotatividade¹³. Trabalhamos com a classificação brasileira de ocupações (CBO 1994 e CBO 2002) com o objetivo de sistematizarmos os vínculos empregatícios referentes aos trabalhadores rurais manuais e da mecanização da cana de açúcar e da laranja.

Foram realizadas compatibilizações no caso dos anos de 2000, 2001 e 2002 em decorrência da utilização da classificação brasileira de ocupações vigente desde 1994, a CBO 1994. Seguimos as orientações previstas na Tábua

¹⁰ A administração direta se apresenta através dos serviços administrativos do governo federal e seus ministérios, enquanto que a administração indireta é representada pelas autarquias, empresas públicas, fundações públicas e sociedades de economia mista. Para maiores informações, verificar o Decreto-Lei n° 200 de 25 de fevereiro de 1967.

¹¹ Regulamentada pela Lei n° 12.441 de 11 de julho de 2011.

¹² Ano de referência.

¹³ A volatilidade dessa mão de obra está sujeita as influências da demanda de produção ocasionadas por alterações climáticas, pelos ajustes nos preços das caixas e pelas oscilações do mercado internacional de citrus (ELIAS, 2003 e NEVES et al, 2010) e de biocombustíveis (NETO, 2009 e SILVA, BUENO e MELLO, 2015).

de Conversão disponibilizada pelo antigo Ministério de Trabalho e Emprego¹⁴. Assim, compatibilizamos as informações para análise com base na CBO de 2002.

Nesse contexto, escolhemos acompanhar as mudanças, entre 2000 e 2015, do padrão etário, da distribuição por sexo, da escolaridade, do critério raça/cor e do volume de vínculos ativos das ocupações (CBO 2002): **a.** trabalhador da cana de açúcar e **b.** trabalhador no cultivo de árvores frutíferas, associadas ao *trabalho rural manual*¹⁵; e **c.** operador de colheitadeira, **d.** operador de máquinas de beneficiamento de produtos agrícolas e, **e.** tratorista agrícola, vinculados aos *trabalhadores rurais da mecanização*¹⁶.

Como podemos verificar pelas Figuras 2 e 3, essas ocupações comportam-se como *proxy* das funções exercidas pelos trabalhadores rurais migrantes estudados.

A divisão por trabalhadores rurais manuais e trabalhadores rurais da mecanização segue as indicações presentes no Livro 1 e 2 dos Códigos, títulos e descrições da Classificação Brasileira de Ocupações (MTE, 2010) e pretende evidenciar as diferenças das características sócio demográficas analisadas entre ambas as categorias.

A construção do perfil dos trabalhadores rurais migrantes alocados pelo mercado de trabalho formal do agronegócio citrícola e sucroalcooleiro paulista foi baseada na escolha de variáveis e de indicadores que privilegiassem o acompanhamento das mudanças ocorridas nos últimos três quinquênios (2000-2015). Neste sentido, analisaremos no próximo tópico o comportamento e as mudanças ocorridas em relação a distribuição etária e por sexo, os níveis de escolaridade, os critérios raça/cor, bem como, a evolução do volume de vínculos ativos dos trabalhadores rurais manuais e da mecanização.

¹⁴ Maiores informações: MTE, Tábua de Conversão CBO 2002, CBO 1994 e CIUO 1988. <Disponível em: http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/tabua/FiltroConversao_CBO2002_CBO94_CIUO88.jsf>. Acesso em Janeiro de 2016).

¹⁵ Representando na CBO 94, as ocupações equivalentes: **a.** Trabalhadores da Cultura de Cana de Açúcar (Código: 6-31.50) e **b.** Trabalhador da Cultura de Laranja e outros cítricos (Código: 6-35.40)

¹⁶ Representando na CBO 94, as ocupações equivalentes: **a.** Tratorista Agrícola (Código: 6-71.20); **b.** Operador de Máquina de Beneficiamento de Produtos Agrícolas (Código: 6-71.30); **c.** Operador de Colheitadeira (Código: 6-71.40)

Figura 2: Trabalhadores rurais manuais por ocupações selecionadas, 2016.

Ocupação: Trabalhador no cultivo de árvores frutíferas	Ocupação: Trabalhador da cana de açúcar
Código: 622505	Código: 622100
Descrição	Descrição
Colhedor de banana; Colhedor de caju; Colhedor de laranja; Colhedor de manga; Colhedor de pêssego; Trabalhador da cultura de abacate; Trabalhador da cultura de acerola; Trabalhador da cultura de ameixa; Trabalhador da cultura de amora; Trabalhador da cultura de atemoia; Trabalhador da cultura de banana; Trabalhador da cultura de cajá; Trabalhador da cultura de caju; Trabalhador da cultura de caqui; Trabalhador da cultura de carambola; Trabalhador da cultura de citricos; Trabalhador da cultura de cupuaçu; Trabalhador da cultura de fruta-pão; Trabalhador da cultura de goiaba; Trabalhador da cultura de graviola; Trabalhador da cultura de jaca; Trabalhador da cultura de jenipapo; Trabalhador da cultura de laranja e outros cítricos ; Trabalhador da cultura de maçã; Trabalhador da cultura de manga; Trabalhador da cultura de nectarina; Trabalhador da cultura de pêra; Trabalhador da cultura de pêssego; Trabalhador da cultura de pinha; Trabalhador da cultura de pitanga; Trabalhador da cultura de tamarindo; Trabalhador da cultura de umbu; Trabalhador de fruticultura em geral ; Trabalhador na cultura de romã.	Colhedor de Cana de Açúcar, Cortador de Cana de Açúcar, Tombador de Cana de Açúcar, Plantador de Cana de Açúcar (conta própria ou empregador)

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE, 2010). Tabulações Especiais. Observatório das Migrações em São Paulo.

Figura 3: Trabalhadores rurais da mecanização por ocupações selecionadas, 2016

Ocupação: Operador de Colheitadeira	Ocupação: Operador de máquina de beneficiamento de produtos agrícolas	Ocupação: Tratorista Agrícola
Código: 641005	Código: 641010	Código: 641015
Descrição	Descrição	Descrição
Operador de Colheitadeira	Operador de estufas mecânicas; Operador de máquinas agrícolas ; Operador de motobomba; Operador de secadeiras no beneficiamento de produtos agrícolas; Operador de secador de resíduos; Operador de secador (produtos agrícolas).	Arador; Operador de adubadeira; Operador de implementos agrícolas; Operador de máquina agrícola ; Tratorista operador de roçadeira; Tratorista operador de semeadeira.

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE, 2010). Tabulações Especiais. Observatório das Migrações em São Paulo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O perfil dos trabalhadores rurais migrantes inseridos no mercado formal da citricultura e do setor sucroenergético paulista nas regiões estudadas apresenta diferenciais por tipo de trabalho (manual e mecanizado) e por região de governo.

As diferenças regionais se justificam pelas características próprias de cada setor produtivo e seu lócus privilegiado de atuação. Assim, constatamos, por exemplo, que a RG de Araraquara apresenta uma maior inserção da mão de obra feminina em decorrência do protagonismo do setor citrícola (PEREIRA, 2015; MACIEL, 2016), enquanto a RG de Ribeirão Preto além de apresentar uma maior concentração dos trabalhadores da mecanização também possui uma concentração significativa dos vínculos masculinos, traços marcantes do agronegócio sucroenergético (SILVA, 2008).

A Tabela 1 nos traz o volume dos vínculos dos trabalhadores rurais e da mecanização para ambas as regiões. Visualizamos, contudo, que a RG de Araraquara apresenta maior volume que a RG de Ribeirão Preto durante os quinze anos analisados.

Ao mesmo tempo podemos notar o aumento gradativo dos trabalhadores rurais da mecanização em ambos os casos, com destaque para a RG de Ribeirão Preto que vivenciou mais intensamente o processo de mecanização do corte de cana de açúcar (SILVA, 2008; REIS, 2012). Salientamos, todavia, a existência de sobreposição entre os espaços rurais e urbanos da cana de açúcar e da laranja nessas regiões, deste modo, ainda que exista o protagonismo do setor citrícola em Araraquara e do sucroenergético em Ribeirão Preto, é possível observamos a convivência dos trabalhadores rurais e da mecanização de ambos os setores.

Essas constatações são confirmadas pelas Figuras 5 e 6. Observamos, pela Figura 5, que a RG de Araraquara é responsável pelo maior volume de vínculos ativos, o que corresponde a alta demanda de mão de obra manual na colheita da laranja (NEVES et al, 2010), já a Figura 4 nos aponta a tendência de crescimento de forma exponencial dos vínculos dos trabalhadores da mecanização, majoritariamente representados pela RG de Ribeirão Preto, esse

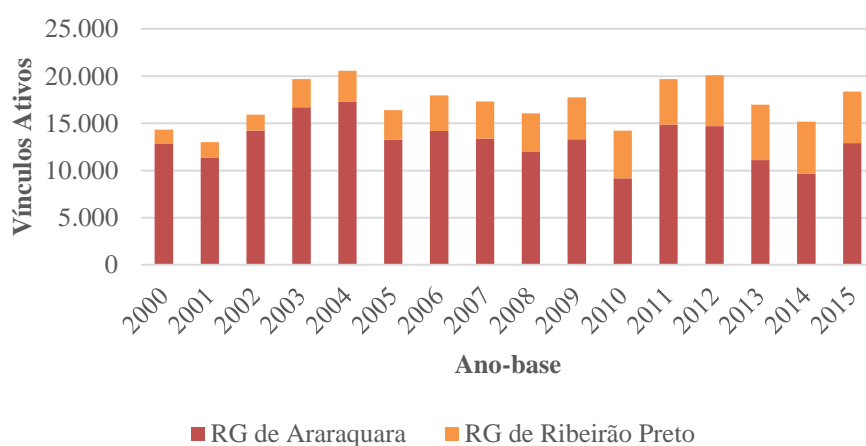
cenário corrobora para a percepção da configuração distinta dos mercados de trabalho agrícola do agronegócio citrícola e sucroalcooleiro.

Tabela 1: Volume dos vínculos ativos dos trabalhadores rurais e da mecanização em 31/12 da RG de Araraquara e Ribeirão Preto, 2000-2015.

Ano	RG de Araraquara			RG de Ribeirão Preto		
	Manuais	Mecanização	Total	Manuais	Mecanização	Total
2000	12.869	1.649	14.518	7.982	1.470	9.452
2001	11.363	1.816	13.179	8.242	1.652	9.894
2002	14.217	1.969	16.186	7.814	1.712	9.526
2003	16.713	2.422	19.135	8.987	2.970	11.957
2004	17.323	2.655	19.978	9.724	3.257	12.981
2005	13.287	2.678	15.965	7.226	3.097	10.323
2006	14.201	2.766	16.967	10.241	3.751	13.992
2007	13.385	2.791	16.176	9.881	3.934	13.815
2008	12.008	2.866	14.874	9.125	4.048	13.173
2009	13.296	2.958	16.254	9.393	4.456	13.849
2010	9.171	3.084	12.255	9.842	5.052	14.894
2011	14.879	3.409	18.288	7.807	4.827	12.634
2012	14.713	3.892	18.605	8.157	5.387	13.544
2013	11.096	4.163	15.259	7.554	5.878	13.432
2014	9.652	3.894	13.546	6.851	5.509	12.360
2015	12.913	3.882	16.795	6.641	5.440	12.081

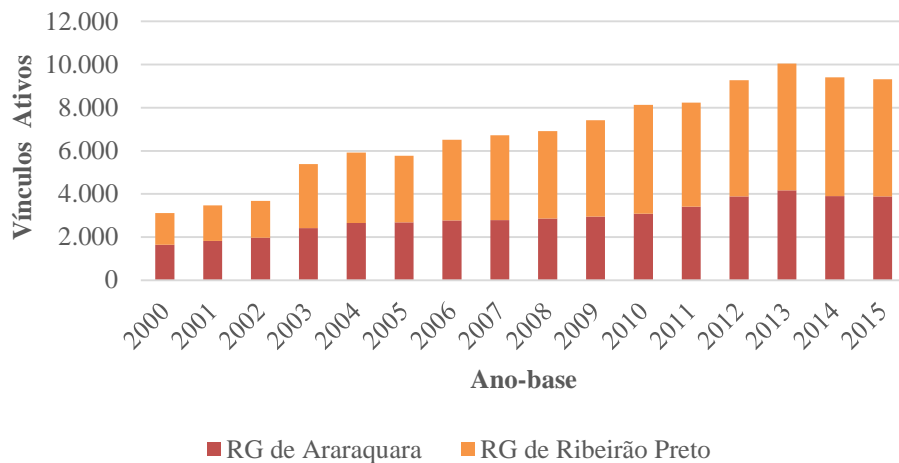
Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS-MTPS), 2000-2015.

Figura 5: Vínculos ativos dos trabalhadores rurais manuais nas Regiões de Governo de Araraquara e Ribeirão Preto, 2000-2015.



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS-MTPS), 2000-2015.

Figura 6: Vínculos ativos dos trabalhadores rurais da mecanização nas Regiões de Governo de Araraquara e Ribeirão Preto, 2000-2015.



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS-MTPS), 2000-2015.

A distribuição por sexo dos vínculos dos trabalhadores rurais e da mecanização foi analisada através da razão de sexo¹⁷ (Tabela 2). Neste aspecto, as regiões de Araraquara e Ribeirão Preto apresentam similaridades em relação ao padrão de comportamento da razão de sexo dos trabalhadores rurais e da mecanização; nos dois casos visualizamos uma presença mais expressiva de vínculos masculinos referente as ocupações relacionadas a mecanização que ultrapassam a relação de 200 vínculos masculinos para cada vínculo feminino, enquanto os vínculos das ocupações manuais são menores que 10 vínculos masculinos para cada feminino.

Contudo, a RG de Araraquara apresenta uma menor razão que a RG de Ribeirão Preto tanto no caso dos trabalhadores rurais manuais, quanto dos da mecanização. Destacamos ainda a tendência de redução da razão no caso dos trabalhadores da mecanização, particularmente a partir do ano de 2008 para as duas regiões. O que indica um aumento, ainda que discreto, da mão de obra feminina no setor.

Com efeito, as Figuras 7 e 8 nos apontam uma maior presença feminina nas ocupações associadas ao trabalho rural manual do que no mecanizado. Além disso, a pirâmide etária dos vínculos dos trabalhadores rurais manuais

¹⁷ A razão de sexo, conhecida também como índice de masculinidade, mensura o número de vínculos masculinos para cada vínculo feminino.

(Figura 7) apresentou em 2000, no caso dos homens, uma estrutura mais jovem concentrada no grupo dos 15-19 anos e 20-24 anos, já em 2015 visualizamos uma maior distribuição entre o grupo entre os 25 a 29 anos e 30 a 34 anos.

Os trabalhadores da mecanização (Figura 8), por sua vez, apresentavam em 2000, no caso dos homens, uma maior concentração entre os grupos etários acima dos 25 a 29 anos, com concentração no grupo de 35 a 39 anos. Já em 2015, visualizamos uma distribuição etária concentrada acima dos 30 a 34 anos de idade, com participação expressiva dos grupos de 35 a 39 anos, de 40 a 44 anos e 45 a 49 anos.

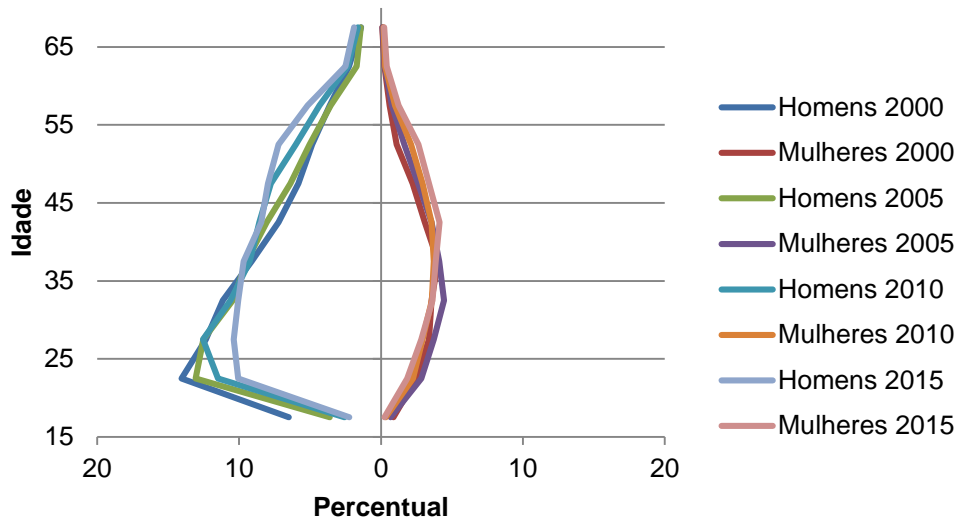
Os vínculos femininos apresentaram, ao longo do período analisado, para o caso das trabalhadoras rurais manuais (Figura 7) concentrados nas faixas etárias dos 25 a 29 anos e 30 a 34 anos, não possuindo variações expressivas durante os quinquênios. Já as trabalhadoras da mecanização concentram-se nos grupos etários de 30 a 34 anos e 35 a 39 anos. Temos, portanto, que os vínculos masculinos tendem a ser mais jovens do que os femininos tanto nas ocupações manuais, quanto as da mecanização.

Tabela 2: Razão de sexo dos vínculos ativos de trabalhadores rurais manuais e da mecanização da RG de Araraquara e de Ribeirão Preto e a média das regiões de governo, 2000-2015.

Ano	RG de Araraquara		RG de Ribeirão Preto		Média RGs	
	Manuais	Mecanização	Manuais	Mecanização	Manuais	Mecanização
2000	2,83	234,57	5,87	366,50	3,61	282,55
2001	2,43	258,43	6,39	549,67	3,43	345,80
2002	2,23	392,80	7,44	855,00	3,14	524,86
2003	2,33	345,00	8,57	593,00	3,31	448,33
2004	2,30	330,88	8,76	1084,67	3,33	536,45
2005	2,17	333,75	7,11	515,17	3,04	411,50
2006	2,30	460,00	7,53	467,88	3,44	464,50
2007	2,01	309,11	7,61	436,11	3,16	372,61
2008	1,94	158,22	7,24	223,89	3,07	191,06
2009	2,24	104,64	5,96	152,66	3,16	129,07
2010	2,05	78,08	6,30	113,82	3,36	97,02
2011	1,90	47,01	5,55	136,91	2,59	76,70
2012	1,75	30,39	5,20	95,20	2,43	50,55
2013	1,97	27,13	4,66	77,37	2,68	44,03
2014	2,06	24,45	4,62	71,49	2,77	40,06
2015	2,52	28,86	4,98	71,53	3,09	44,47

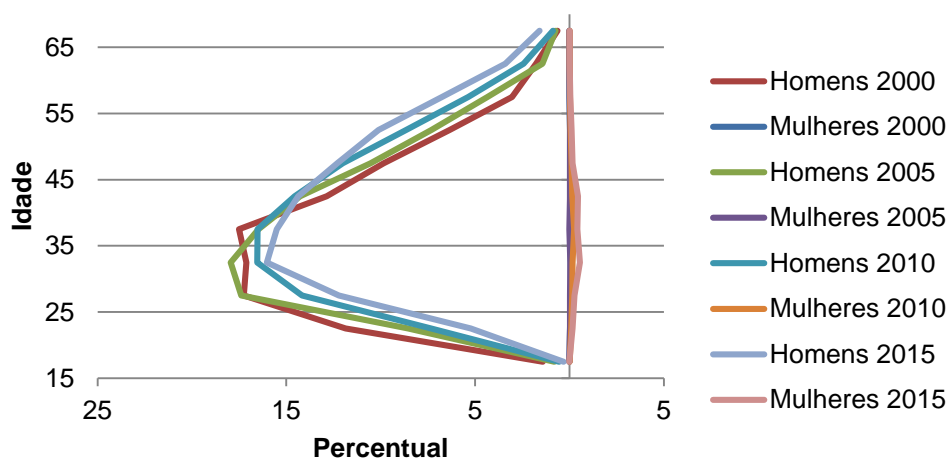
Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS-MTPS), 2000-2015.

Figura 7: Distribuição etária dos vínculos ativos de trabalhadores rurais manuais nas regiões de governo de Araraquara e Ribeirão Preto, 2000, 2005, 2010, 2015.



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS-MTPS), 2000-2015.

Figura 8: Distribuição etária dos vínculos ativos de trabalhadores rurais da mecanização nas regiões de governo de Araraquara e Ribeirão Preto, 2000, 2005, 2010, 2015.

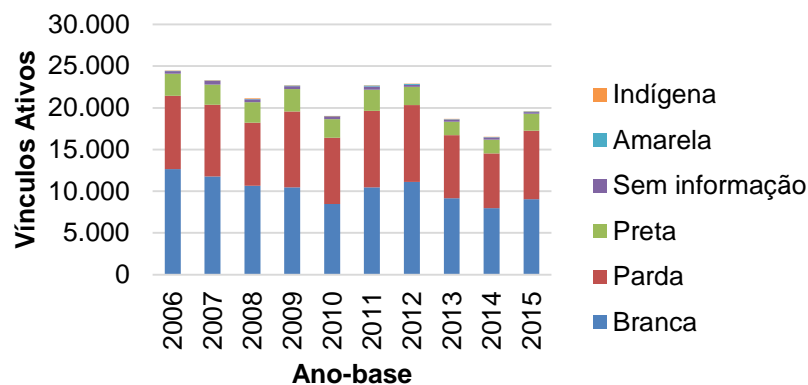


Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS-MTPS), 2000-2015

Em relação ao critério raça/cor, incluído na declaração dos estabelecimentos a partir de 2006, temos que no que diz respeito a ambas as regiões (Figura 9 e 10), os vínculos dos trabalhadores rurais manuais apresentam-se majoritariamente como brancos e pardos, destacamos também a participação considerável de pretos. Já os vínculos dos trabalhadores rurais

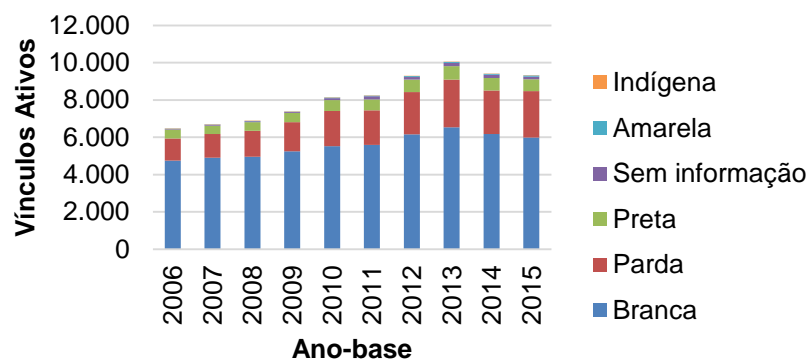
da mecanização são predominantemente brancos, ainda que possamos destacar, particularmente a partir de 2010, o aumento da participação de pardos na composição da mão de obra.

Figura 9: Distribuição por critério raça/cor dos vínculos ativos dos trabalhadores rurais manuais, nas Regiões de Governo de Ribeirão Preto e Araraquara, 2006-2015



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS-MTPS), 2006-2015.

Figura 10: Distribuição por critério raça/cor dos vínculos ativos dos trabalhadores rurais da mecanização, nas Regiões de Governo de Ribeirão Preto e Araraquara, 2006-2015.

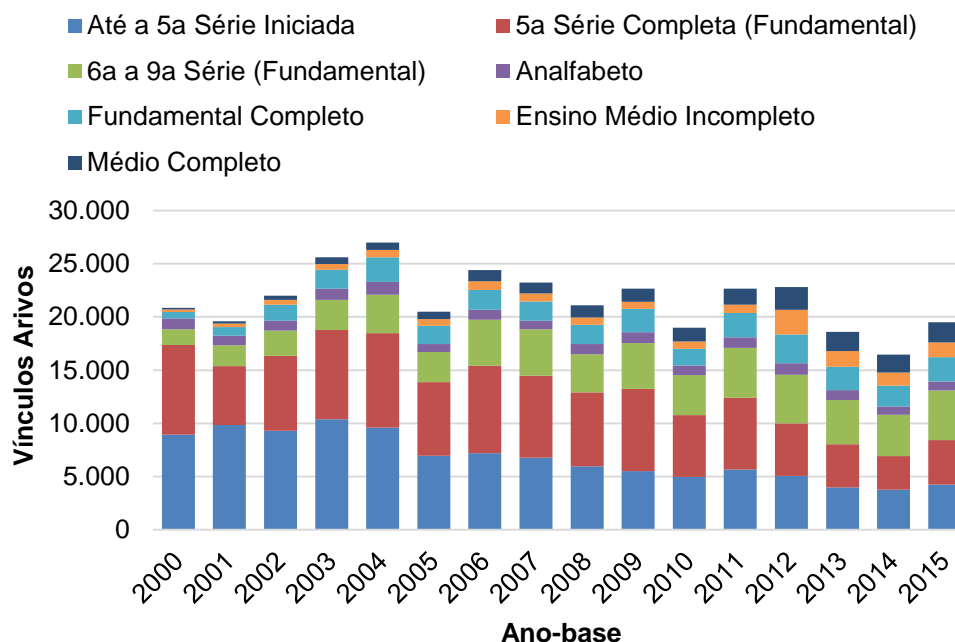


Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS-MTPS), 2006-2015.

Já no caso da escolaridade dos vínculos ativos dos trabalhadores rurais manuais (Figura 12) da RG de Araraquara e Ribeirão Preto, observamos que ocorreu um aumento dos níveis de escolaridade, particularmente, a partir de 2005. Os principais ganhos foram dos níveis ensino médio (completo e incompleto) e da 5ª série completa. No que diz respeito aos analfabetos observamos uma manutenção. Assim como, em relação ao fundamental completo. Já o nível de 6ª a 9ª série aumentou após 2011, enquanto que os vínculos com a 5ª série iniciada declinaram.

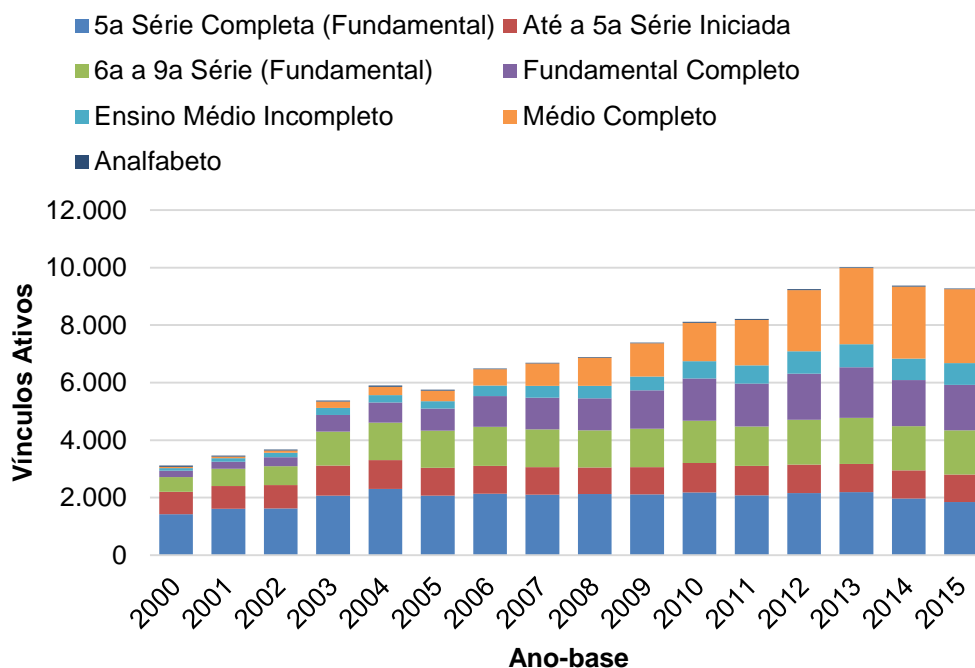
Já os vínculos de trabalhadores rurais da mecanização (Figura 13) de ambas as regiões, possuem um nível residual de analfabetos que permanece durante todo o período. Ao mesmo tempo em que os vínculos que possuíam ensino médio completo aumentaram, desde 2006, acompanhando a tendência do fundamental completo. O nível de escolaridade da 6ª a 9ª série começou a aumentar, por sua vez, a partir de 2003 e estabilizou-se em 2006. Por fim, a 5ª série completa apresentou pouca variação entre 2000 e 2015.

Figura 12: Escolaridade dos vínculos ativos dos trabalhadores rurais manuais, nas Regiões de Governo de Araraquara e Ribeirão Preto, 2000-2015.



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS-MTPS), 2000-2015.

Figura 13: Escolaridade dos vínculos ativos dos trabalhadores rurais da mecanização, nas Regiões de Governo de Araraquara e Ribeirão Preto, 2000-2015.



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS-MTPS), 2000-2015.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos neste trabalho caracterizar os trabalhadores rurais migrantes manuais e da mecanização das regiões de governo de Araraquara e de Ribeirão Preto. Em síntese, notamos diferenças em seus perfis sociodemográficos que podem ser justificados pelos condicionantes históricos, sociais e econômicos próprios de cada região e que impactam a vocação regional para o agronegócio citrícola ou sucroenergético. Ademais, procuramos destacar teoricamente o protagonismo histórico da mão de obra migrante no trabalho rural paulista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAENINGER, R. **Fases e Faces da migração em São Paulo**. Núcleo de Estudos de População –Nepo/Unicamp. Campinas. 2012.
- BALÁN, J. **Migrações e Desenvolvimento Capitalista no Brasil: Ensaio de Interpretação Histórico-Comparativa**. Centro e Periferia no Desenvolvimento Brasileiro. São Paulo: Difusão Européia do Livro. 1974.
- BASSANEZI, M.S. **Imigrações Internacionais no Brasil: Um Panorama Histórico**.
- PATARRA, N (coord.) In **Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo**. FNUAP. São Paulo. 1995.

CANO, W. Perspectivas do Desenvolvimento Econômico do Interior Paulista. **Modernização e Desenvolvimento no Interior de São Paulo**. Tartaglia, José Carlos; Oliveira, Osvaldo Luiz de (orgs). Editora UNESP. São Paulo. 1988.

CORRÊA, R.L.. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro. Editora Bertrand Brasil. 2006.

DOMENACH, H. e PICOUET, M. **Las Migraciones**. Trad: Eduardo Bologna. Córdoba. República da Argentina. 1996.

DURHAM, Eunice R. **A Caminho da Cidade: A vida rural e a migração para São Paulo**. São Paulo. 3ª edição. Editora Perspectiva. 1984.

ELIAS, D. Globalização e Agricultura. São Paulo. EdUSP. 2003

_____, D e PEQUENO, R. (orgs). **Difusão do Agronegócio e Novas Dinâmicas Socioespaciais**. Banco do Nordeste. Fortaleza. 2006.

_____, D. e PEQUENO, R.. Desigualdades Socioespaciais nas Cidades do Agronegócio. **Anais do XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**. Belém, 2007.

_____, D. Agronegócio e Novas Regionalizações no Brasil. **Revista Estudos Urbanos e Regionais**, v. 13, n. 2. Novembro/2011.

GRAS, C. e HERNÁNDEZ, V. Los pilares del modelo agribusiness y sus estilos empresariales. In **El agro como negocio: producción, sociedad y territorios en la globalización**. GRAS, C. e HERNÁNDEZ (coord). Buenos Aires. Editora Biblos. 2013.

_____, C e HERNÁNDEZ, V. El modelo agribusiness y sus traducciones territoriales. In **El agro como negocio: producción, sociedad y territorios en la globalización**. GRAS, C. e HERNÁNDEZ (coord). Buenos Aires. Editora Biblos. 2013.

GONÇALVES, M.F. **As engrenagens da locomotiva: Ensaio sobre a formação urbana paulista**. Tese de Doutorado. Instituto de Economia/Unicamp. Campinas. 1998. 339p.

GRUN, R. A dominação financeira no Brasil contemporâneo. In **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, v. 25, n.1, São Paulo, 2013, p. 179-213.

HARVEY, D. Do fordismo à acumulação flexível. In **A Condição Pós-Moderana**. 9ª edição. Edições Loyola. São Paulo. 2003.

HAKKERT, R. Fontes de Dados demográficos. Belo Horizonte, **Textos Didáticos – ABEP**, 1996.

HEREDIA, B.;PALMEIRA, M. e LEITE,S.P. Sociedade e Economia do “Agronegócio” no Brasil. In **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, n. 74. Outubro/2010.

FAVORETTO, T. **Máquinas de empobrecimento : impactos da mecanização do corte da cana sobre trabalhadores canavieiros em Barrinha-SP**. Dissertação de Mestrado. IFCH/Unicamp. 2014.

FLORES, .S.M.L. e SALDAÑA, K.S. En búsqueda del control: enganche e indústria de la migración en una zona productora de uva de mesa. In **Asalariados rurales en América Latina**. RIELLA, A e MASCHERONI, P. (org). CLASCO. UDELAR. Montevideú. 2015.

MACIEL, L.M. Entre o rural e o urbano: processos migratórios de trabalhadores rurais do Alto e Médio Canindé piauiense para a Região Central do Estado de São Paulo. **Tese de doutorado**. Programa de Pós-graduação em Sociologia. Unicamp. 2016.

MENEZES, M. A. **Redes e enredos** nas trilhas dos migrantes: um estudo de famílias de camponeses-migrantes. ED: Relume Dumará. Paraíba; 2002.

_____, M. A. **Migrações: Uma Experiência Histórica do Campesinato do Nordeste**. In: Diversidade do Campesinato: Expressões e Categorias. Vol.II: Estratégias de Reprodução Social. Org: E. P. de GODOI, M. A. DE M & ROSA A. M. UNESP. São Paulo. 2009.

_____, M. A. Migrações e Mobilidades: Repensando teorias, tipologias e conceitos. **Migrações: Implicações passadas, presentes e futuras**. Teixeira, P.E; Braga, A.M.C e Baeninger, R (org). Marília: Oficina Universitária. São Paulo: Cultura Acadêmica. 2012.

NEIMAN, G. Reclutamiento y contratación de trabajadores estacionales migrantes en el Valle de Uco provincia de Mendoza, Argentina. In **Asalariados rurales en América Latina**. RIELLA, A e MASCHERONI, P. (org). CLASCO. UDELAR. Montevideú. 2015.

PEREIRA, G. G. **Entre o partir e o chegar: Os trabalhadores rurais migrantes em Matão/SP**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Unicamp. 2015.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder: Eurocentrismo e América Latina. In A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais. **Perspectivas latino-americanas**. CLASCO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, p. 117-142. 2005.

RIELLA, P. e MASCHERONI, P. Transformaciones agrarias y cambios recientes en los mercados de empleo rural en Uruguay. In **Asalariados rurales en América Latina**. RIELLA, A e MASCHERONI, P. (org). CLASCO. UDELAR. Montevideú. 2015.

SANCHÉZ, L. R. Las trayectorias en los estudios de migración: una herramienta para el análisis longitudinal cualitativo. **Métodos cualitativos y su aplicación empírica: por los caminos de la investigación sobre migración internacional**. Ariza, Mariana e Velasco, Laura (orgs). Instituto de Investigaciones Sociales de La Universidad Nacional Autónoma de México y El Colegio de La Frontera Norte, 2012.

REIS, L. F. **Mecanização e intensificação do trabalho no corte de cana do CAI canavieiro do Estado de São Paulo**. Dissertação de Mestrado. PDEP/UFSCar. São Carlos. 2012.

SALATA, R.. Práticas migratórias e trabalho reestruturado: considerações sobre a constituição de novos núcleos familiares nos projetos migratórios.. In: **XI Reunión de Antropología del Mercosur, 2015**, Montevideo. Actas de la XI Reunión de Antropología del Mercosur. Diálogos, prácticas y visiones desde el Sur, 2015

SANTOS, A.P. **O moinho satânico do agronegócio canavieiro no Brasil : dependência e superexploração do trabalho na região de Ribeirão Preto-SP**. Tese de Doutorado. IFCH/UNICAMP. 2013.

SASSEN, S. [1994]. **As Cidades na Economia Mundial**. Studio Nobel. São Paulo. 1998.

SILVA, M. A. M. **Errantes do Fim do Século**. São Paulo. Ed. UNESP. 1999.

_____, M. A. M. Expropriação da terra, violência e migração: Camponeses maranhenses no corte da cana em São Paulo. Cadernos CERU (Versão Online). Vol. 19. Nº 1. 2008a. (Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/11851/13628> -Acesso em Maio/2011)

_____, M. A. M. Expropriação da terra, violência e migração: Camponeses do nordeste do Brasil nos canaviais paulistas. **Anais da 26ª Região Brasileira de Antropologia**. Porto Seguro. 2008b.

_____, M. A. M. Mortes e acidentes nas profundezas do mar de cana e dos laranjais paulistas. **INTERFACEHS: Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**. v.3. n. 2. Artigo 1. Abr/Agosto 2008. São Paulo.

_____, M. A.; MELO, B. e V, L. V. Os (não direitos) dos trabalhadores rurais: “A permanência do intolerável”. **Cadernos Conflitos do Campo no Brasil**. Comissão Pastoral da Terra. Brasília. 2011.

_____, Maria Aparecida e MELO, Beatriz. Vidas em Trânsito: Mulheres Migrantes dos Cocais Maranhenses nas Cidades Canavieiras Paulistas. **Revista Tópos**. Vol. 6. No.1. FCT-UNESP. Presidente Prudente. 2012.

SINGER, P. Migrações Internas: Considerações Teóricas sobre o seu Estudo. Em **Migração Interna(Textos Selecionados)**. De Moura, H. (coord.). Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BND. Fortaleza. [1976] 1980.

TRUZZI, O. **Café e Indústria: São Carlos 1850-1950**. Editora da UFSCar. São Carlos. 2000.